

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.098, DE 2002 (Apenso: PL nº 7.342, de 2002)

Altera a redação dos arts. 2º e 9º da Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, ampliando a abrangência dos beneficiários dos direitos assegurados aos Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial.

Autor: Deputado **Roberto Pessoa**

Relator: Deputado **Luciano Zica**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.098, de 2002, de autoria do Deputado **Roberto Pessoa**, visa a alterar os arts. 2º e 9º da Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, que *“Promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, Licenciados do Serviço Ativo e Incluídos na Reserva Não Remunerada”*.

A alteração consiste em incluir nas prerrogativas previstas nas normas legais os militares convocados para prestação de serviço ativo na Ilha da Trindade e na 3ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais, e que se referem, respectivamente, à promoção ao posto, ou graduação, imediatos, e à inclusão, com o posto de 2º Tenente da Reserva não remunerada, na arma ou serviço de origem ou em quadro compatível com seu curso e nível universitário, sem ônus para a Fazenda Nacional.

Na Justificação, argumenta-se que tais prerrogativas, meramente honoríficas, não implicam ônus para a Fazenda Nacional, e são plenamente justificáveis em face da *“similaridade de riscos a que se sujeitaram*



5F8E5A52

os militares que, em pleno conflito, foram destacados para prestação de serviço ativo em instalações militares situadas bem ao largo da costa brasileira, assim enfrentando as incertezas do transporte marítimo e o isolamento em meio às operações bélicas que desenvolviam no Atlântico Sul”.

Ao projeto original, encontra-se apensado o Projeto de Lei nº 7.342, de 2002, apresentado pelo Deputado **Chico Sardelli**, com idêntico teor e idêntico objetivo.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, por unanimidade, aprovou os projetos, com Substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado **Fernando Gabeira**.

O Substitutivo aprovado acrescenta dispositivo, com a finalidade de afastar a hipótese de ampliação dos direitos assegurados pelo art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos ex-combatentes que tenham efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967.

Nesta Comissão, expirado o prazo regimental, nenhuma emenda foi apresentada às proposições.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante o disposto no art. 32, inciso IV, alínea a, do Regimento Interno, cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar os projetos de lei e o substitutivo aprovado na Comissão precedente sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria neles tratada se situa na esfera da competência legislativa da União (arts. 142, inciso X, e 48, *caput*, e inciso III, da C.F.).



Entretanto, ainda sob o ponto de vista constitucional, não foram observados os requisitos pertinentes à iniciativa legislativa, porquanto o art. 61, § 1º, inciso II, alínea *f*, confere competência privativa ao Presidente da República, para propor ao Congresso Nacional projeto de lei que disponha sobre *“militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva”*.

Sendo assim, a matéria não tem a mínima condição de prosperar, por vício insanável de constitucionalidade.

Isto posto, o voto é no sentido da inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 7.098, de 2002, do Projeto de Lei nº 7.342, de 2002, e do Substitutivo aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, ficando prejudicada a análise quanto aos demais aspectos.

Sala da Comissão, em de de 2005

Deputado **Luciano Zica**
Relator



5F8E5A52

2005_9279_Luciano Zica_148



5F8E5A52